



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 27224 - PR (2021/0000672-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : R S
REPR. POR : P S C
ADVOGADO : MARIANA LOPES DA SILVA BONFIM - PR079551
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU DA 12A
CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por P.S.C., representada por R.S. contra ato praticado pelo Juiz de Direito Substituto de 2º Grau Dr. Eduardo Novacki, que deixou de analisar a segurança desde o dia 22/12/2020, referente à decisão proferida pelo Juiz de Direito Lauro Augusto Fabrício de Melo que, nos autos da ação de modificação de guarda de menor (Processo n. 0002189-84.2019.8.16.0188), declarou "incidentalmente a alienação parental levada a cabo pela mãe (Lei n. 12.318/2010, art. 2º, p. único, incisos II a V e VII)" e determinou a "alteração do lar referencial de P.S.C., como medida mais adequada ao caso, devendo a filha, doravante, morar com o pai", além de deferir "o pedido de tutela de urgência, ao efeito de impedir P.S.C. de acompanhar R.S em sua mudança para Brasília, DF, alterando incidentalmente o seu lar referencial para o paterno".

Por tal razão, a Impetrante impugna, "mediante o presente mandado de segurança, a referida decisão judicial proferida pelo excelentíssimo Juiz de Direito Lauro Augusto Fabrício de Melo, em 18/8/2020, na medida em que viola direito líquido e certo da menor de idade" P.S.C., "o qual não pode ser afastada dos cuidados maternos, pelas razões a seguir expostas." (fl. 7).

Alega que a decisão proferida viola direito líquido e certo da paciente menor de idade, na medida em que se determina a privação dos cuidados maternos, em flagrante violação da proteção integral e do melhor interesse da criança.

Requer o deferimento de pedido liminar, nos termos do art. 7º, III, da Lei n. 12.016/2009.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Inicialmente defiro os benefícios da gratuidade da justiça.

Segundo o art. 105, I, “b”, da Constituição Federal, que demanda interpretação restritiva, o Superior Tribunal de Justiça é competente para processar e julgar originariamente os mandados de segurança impetrados contra ato de ministro de Estado, dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.

Não fosse isso, o §1º do art. 10 da Lei n. 12.016/2019, que disciplina o mandado de segurança, assevera que “do ato do relator caberá agravo para o órgão competente do tribunal que integre”.

Aplica-se ao caso, portanto, a Súmula n. 41 do STJ: "O Superior Tribunal de Justiça não tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros tribunais ou dos respectivos órgãos."

Ante o exposto, com fundamento no art. 212 do RISTJ, indefiro liminarmente este mandado de segurança em face da incompetência absoluta do Superior Tribunal de Justiça.

Sem condenação em honorários (Súmula n. 105 do STJ).

Publique-se. Intimem-se.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.
Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente